



CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL – COPAM
ATA DA 83ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA UNIDADE REGIONAL COLEGIADA
TRIÂNGULO MINEIRO E ALTO PARANAÍBA

Local: FIEMG – Av. Rondon Pacheco, 2100, Vigilato Pereira - Uberlândia/MG
Datas: 11/11/2011 às 09:00 hs

Aos 11 (onze) dias do mês de novembro do ano corrente, realizou-se na FIEMG Uberlândia/MG, logradouro acima transcrito, a octogésima terceira reunião ordinária do conselho de política ambiental, Unidade Regional Colegiada Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Estiveram presentes os seguintes conselheiros: Dr. Rogério Noce Rocha, suplente da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMAD; Sr. Jandir Francisco de Andrade, 1º suplente e José Roberto Silva, 2º suplente da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SEAPA; Sra. Patrícia Metz Peixoto, 1ª suplente da Secretaria de Transportes e Obras Públicas – SETOP; Sr. Ten. Carlos Alberto Matias de Abreu, 2º suplente da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG; Sr. Alam Baena Bertolla dos Santos, 1º suplente da Procuradoria Geral de Justiça – PGJ; Sr. Hélio Francisco Queiroz, 1º suplente do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais – IBAMA; Sr. Ailson Machado de Andrade, 1º suplente do Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM; Sra. Raquel Mendes Carvalho, 2ª suplente da prefeitura municipal situada na área de abrangência da URC; Sr. Genésio Franco de Moraes Neto, 2º suplente do Comitê de Bacia dos Afluentes Mineiros do Baixo Paranaíba; Sr. Rui Gomes Nogueira Ramos, 1º suplente e Sr. Thiago Alves do Nascimento, 2º suplente da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais – FIEMG; Sr. Marco Túlio Machado Borges Prata, 2º suplente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais - FAEMG; Sr. Moisés Inácio Franco, 1º suplente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais – FETAEMG; Sra. Simone Naves Bernardes Costa, 2ª suplente da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária – ABES; Sra. Thaianne Resende Henriques, titular da Organização para a Proteção Ambiental – OPA; Sr. José Oliveira da Silva, 1º suplente da AMEDI – Ambiente e Educação Interativa; Sr. Sylvio Luiz Andreozzi, 1º suplente da Universidade Federal de Uberlândia - UFU. **Item 1 - Execução do Hino Nacional Brasileiro. Item 2 – Abertura pelo Secretário de Estado Adjunto de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e Presidente da URC/COPAM Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, Dr. Augusto Henrique Lio Horta.** O presidente Rogério Noce se apresentou ao conselho, estava substituindo o superintendente de Gestão Ambiental da Secretaria de Estado de Meio Ambiente, para presidir do secretário Adjunto, Dr. Augusto Lio Horta, que é o presidente permanente das URCs e que não pode estar presente. Assim como, o seu substituto, Dr. José Eduardo, que não pode vir em função de inauguração da Sede, da qual ele é superintendente, da sede de Unaí, na data de ontem. A pauta é extensa, e espera que tenha uma boa reunião. **Item 3 - Comunicado dos Conselheiros.** Não houve manifestações. **Item 4 - Exame da Ata da 82ª RO de 14/10/2011.** Abstenção: Thaianne (OPA) por não estar presente na reunião passada. Aprovada pela maioria. **Item 5 - Processo Administrativo para exame de Licença Prévia concomitante com Licença de Instalação - Ampliação: 5.1 Macedo e Souza Ltda. - Postos revendedores, postos de abastecimento, instalações de sistema retalhistas e postos flutuantes de combustíveis – Uberlândia/MG - PA/Nº 06717/2011/002/2011 - Classe 5 -**



Apresentação: Supram TMAP. - RETORNO DE VISTAS pelo Conselheiro José Oliveira da Silva representante da AMEDI e Thiago Alves do Nascimento representante da FIEMG.

Antes de colocar em discussão, o presidente sugeriu que, visando à melhoria do processo junto ao público alvo, liste todos os processos que estão, independente de ter ou não retorno de vista. Caso os processos como um todo, tenham destaques, ou seja, tenha discussão, as pessoas destacam os processos na leitura e posteriormente, a pauta continua. Os processos que venham a solicitar vistas e que tenham necessidade de diligência de algum ponto e que prejudique a participação ou a presença das pessoas, que ficam retidas na reunião, então as pessoas não ficariam pelo motivo de aquele processo foi baixado em diligência ou pedido vista. O presidente leu cada processo, ponto a ponto, e o conselho irá dizer se tem destaque ou não. Os processos sem destaques serão colocados em votação, antes da discussão dos processos com destaques. O conselheiro Rui Ramos (FIEMG) pediu para ausentar, pois o suplente Thiago (FIEMG) ficará no lugar, pois este processo foi pedido vista por ele, na reunião passada. Voltando ao item 5.1, o presidente passou a palavra para o conselheiro José (AMEDI). O conselheiro José (AMEDI) disse que todos receberam o relatório e não houve necessidade de ler o Parecer. O relatório está bem claro, e o objetivo que foi pedido vista deste processo. Não está pedindo para o indeferimento do processo. Houve algumas dúvidas nos procedimentos que aconteceram. O motivo da solicitação de vista do processo, foi devido o nome do solicitante, é o mesmo do processo julgando na reunião anterior, que era classe 3. O mesmo proprietário, em menos de um mês, pediu ampliação e passou o processo para classe 5. Então surgiram algumas dúvidas. “A SUPRAM é muito eficiente e não possui passivo, ou seja, o processo foi recebido no dia 27/09/2011 (pag 04) do processo. Dia 29/09/2011 foi feita a vistoria pelos servidores Ignácio e Anderson, assinado apenas pelo servidor Ignácio e o parecer elaborado no mesmo dia da vistoria 29/09/2011.” Então foi somente em dois dias, o conselheiro ficou em dúvida se é assim que funciona. “Qual o tempo médio após a entrada de um processo até a conclusão? Pelo que sabemos quando buscamos informações de um processo até uns 15 dias ele não chega até o analista, pelo que sabemos o processo passa por conferência de documentação depois é escaneado e montado o processo que só depois é distribuído para a área técnica”. “Pelo que sabemos o Sr. Ignácio é Veterinário. Não há exigência de formação para esse tipo de análise de processo? Não necessitaria de profissionais de outras áreas? Afinal estamos falando de um processo de **classe 5**. Gostaria que fosse esclarecido o fato do processo anterior ser LP e LI e este processo solicitar ampliação, qual o motivo, porque o processo não foi reorientado, no relatório de vistoria foi dito que a licença emitida aprovada na 81ª a capacidade era de 150 m³ e na vistoria era 450 m³ O parecer é para LP e LI, para ampliação, porém o processo é classe 5 e LP mais LI é para classe 3, então como explicar este processo? Como neste processo não tem projeto, só vários formulários e documentos não foi possível entender o motivo do pedido de ampliação de um posto ainda em implantação. Conclusão: A equipe técnica responsável pela análise do processo continua sem entender como um processo foi entregue na SUPRAM e analisado em apenas 02 dias. Também não foi compreendido o motivo de um processo apenas um mês após a votação de uma licença para a mesma empresa”. O conselheiro disse que não é contra o empreendimento, mas ficaram as dúvidas. Thiago (FIEMG) disse que o processo de vista foi pedido em conjunto e quis destacar, e que conste em ata, que no regimento interno, no artigo 26, diz que é facultado a qualquer membro do plenário requerer vistas. Parágrafo primeiro, quando mais de um membro do plenário pedir vista, o prazo deverá ser utilizado conjuntamente pelos membros. Então consta que o



conselheiro da FIEMG não recebeu o processo a tempo e que o conselheiro José (AMEDI) que vem fazer os questionamentos morais, também não cumpre com a responsabilidade, primeiro ponto. Segundo ponto, o parecer da FIEMG acompanha o Parecer da SUPRAM e não entende qual questionamento foi feito, pois se foi pedido vista de um procedimento para tirar dúvida, ou para questionar prazo ou competência, pede-se que seja feito por meio de ofício à SUPRAM e não prejudique o empreendedor que está pagando consultor, para tirar licença e deparar com estes absurdos que estão acontecendo, dentro do nosso COPAM. A FIEMG acompanha o Parecer da SUPRAM. O pedido de ampliação é pelo simples fato que a Petrobrás faz uma logística e para poder ter a quantidade necessária para abastecer, foi pedida uma ampliação do tanque. Rodrigo (SUPRAM) disse que como o relatório de vista não levantou nenhuma dúvida técnica, então quem irá responder é o superintendente. Alguns pontos que o superintendente Rodrigo quis esclarecer desde o início é o porquê de uma LP, LI de ampliação. Primeiro, o empreendedor tem todo o direito de entrar e pedir ampliação de seu empreendimento, desde que ele faça previamente, conforme legislação, que é o que aconteceu. Ele entrou com o processo, no momento que este processo entrou, era um projeto para cento e cinquenta metros cúbicos. Foi aprovado, no decorrer, depois da aprovação do projeto, resolveu-se mudar o projeto. Previamente, foi solicitada a licença para a mudança do projeto, que conforme DN, ele enquadra como LP, LI de ampliação, mesmo sendo classe cinco e seis. Isto é uma DN que modificou. O empreendedor procurou previamente o órgão ambiental para fazer a mudança do seu projeto. Outro ponto: toda reunião se for questionada de rapidez, ele agradece, pois a SUPRAM é eficiente. Pela equipe e pela demanda que a SUPRAM tem, a SUPRAM é muito eficiente. Quem não conhece está convidado a conhecer a rotina de trabalho da SUPRAM e irá saber que é muito eficiente. Ninguém acredita no que somos capazes de fazer, com o pessoal reduzido que se tem. Outra questão: o porquê de dois dias. A diferença de um processo de posto de combustível de classe um, até noventa metros cúbicos de um classe cinco é simplesmente tanque enterrado. A quantidade de tanque enterrado, se será um ou dez. Segundo: o projeto é em Uberlândia, a dez minutos da SUPRAM. Uma área que já foi vistoriada anteriormente, se levar mais do que quinze dias para fazer isto, ele pede para ir embora. Irá aumentar tanque enterrado e uma área previamente vistoriada, já licenciada. Então, os dois dias foram mais do que suficientes. Outro questionamento a respeito da formação técnica do analista. É trabalhado pelo método interdisciplinar, então todos da equipe analisam qualquer tipo de processo. E além do mais, isto é uma vantagem que o mercado externo busca nos nossos técnicos. Não é a toa que nesta semana estamos perdendo o segundo técnico. Desde a reunião 78, em todas as reuniões tiveram processos com menos de quinze dias de análise, processos em cidades bem mais longe. Toda reunião, se depender do superintendente, terá processos com menos de uma semana para ser analisado. Para concluir, a informação que em menos de quinze dias o processo não chega nas mãos dos técnicos é desconhecida e não deve ser de alguém de dentro da SUPRAM, pois tem prazo acordado de no máximo cinco dias o processo tem que estar em análise. Isto é cronograma, tem acordo resultado para cumprir. Se questionar novamente por eficiência, muito obrigado. Se for no intuito de dúvida, o superintendente fica triste, pois só os técnicos sabem do desgaste, da cobrança em cima deles. A que custo esta equipe trabalha para ser eficiente. Tem certeza que o técnico analisou com segurança, debateu, vistoriou. Os principais técnicos da SUPRAM que fazem fiscalização em postos de combustível são engenheiro agrônomo e zootecnista. Com o apoio da polícia militar, no último mês foi feita um diligência no Posto Laranjeiras e quem foram os técnicos que fizeram foram justamente



eles. Então, não há como se questionar a atuação por eles serem formados em uma outra área, ele está ali como analista ambiental, para desempenhar a função de analista ambiental. Sylvio (UFU) perguntou sobre a formulação do texto item 2.2, Reserva Legal. Perguntou da situação em que se encontra a escrituração do imóvel, pois o texto fala que existe um contrato de compra e venda, assim como um contrato de aluguel da área. Perguntou se é um contrato de compra e venda com aluguel da área, se o empreendedor não é o proprietário da área. Vale ressaltar, que a Reserva Legal está devidamente averbada na escritura total do imóvel, será condicionada a apresentação da escritura definitiva do imóvel em nome do empreendedor. Como fica a situação da Reserva Legal em caso que foi adquirido o imóvel. Ignácio (SUPRAM) esclareceu que a Reserva Legal está averbada na área total, o empreendedor comprou só uma parte desta área total, por isso o contrato de compra e venda não ter efetivado a escritura definitiva. Até ficar compro, ele tinha um contrato de aluguel com o proprietário da fazenda total. Esta condicionante já foi cumprida. Foi apresentada a escritura em nome do empreendedor, com a averbação da Reserva Legal. Kamila (SUPRAM) disse que a legislação é claro no caso de transmissão, de desmembramento de matrícula, no que se refere a imóvel com Reserva Legal. Se ocorrer o desmembramento, a transferência, a Reserva Legal acompanha, ela é perpétua, então não há modificação. Alam (PGJ) pediu a inclusão da Lei do SNUC. “Protocolar na gerência de compensação ambiental do Instituto Estadual de Florestas IEF, solicitação para abertura de processo de cumprimento da compensação ambiental de acordo com a lei nº 9.985/2000, decreto estadual nº 45175/09, 45.629/11. Prazo: até trinta dias da publicação da decisão da URC que estabeleceu esta condicionante”. Marco Túlio (FAEMG) falou sobre o pedido de vista, disse que é advogado, que também trabalha com prazo e particularmente nunca viu um problema por ter cumprido o prazo rápido demais. Você tem até tantos dias de prazo, mas este prazo pode ser cumprido a qualquer momento. O conselheiro fica feliz que um órgão público esteja cumprindo os prazos, que é raro. O conselheiro deixou um protesto juntamente com o Thiago (FIEMG) sobre um pedido de vista simplesmente para questionar ordem procedimental, se existe algum questionamento de ordem técnica, tudo bem, mas entende que as perguntas feitas poderiam ser dirigidas diretamente à SUPRAM, sem que houvesse a paralisação do processo, a retirada de pauta para que venha para outra reunião. Poderia ter sido feito direto. Pode não ter sido a intenção, pois até acredita que não foi, por conhecer todos os conselheiros a algum tempo, mas o que deu a entender para quem não conhece, é que existe uma desconfiança de favorecimento de um empreendedor quanto a outro, de alguma forma. Sabe que não foi isto, mas quem não conhece e vê alguma questão desta, pode imaginar que seja isto. É uma grande injustiça que isto seja colocado ou imaginado por alguém de que a SUPRAM TM/AP possa a ter este tipo de favorecimento. Dr. Rogério complementou que precisa urgentemente de uma revisão da DN 30. O que ocorre hoje é que as vistas são regimentais, automaticamente ela tira o processo de vistas. A motivação da vista é uma situação superficial. O que tem que passar é a situação para ficar dentro da democracia, os ajustes das vistas, devidamente justificada e discutida. Logicamente, naquele mesmo princípio que lista, para facilitar o entendimento e de uma melhor regra por parte dos conselheiros a serem observados na reunião, segundo, o respeito que deve ter em relação ao empreendedor, que tramitou e as vezes demora muito a situação dele em relação à análise, e principalmente ao público presente em relação ao conhecimento das regras. Esta é uma questão de uma DN de 1998, a situação do conselho existente desde 2003, já passou por muita modificação. E hoje a DN é basicamente, em questão de ordem somente de um rito. Ainda tem que se avançar a este ponto colocado. Marco Túlio (FAEMG)



concordou que a DN deve ser modificada e propõe que no final se possa fazer uma moção. O órgão competente tem que ter a noção das dificuldades que as SUPRAMs estão tendo com estas partes procedimentais, para poder enviar. E se todas as SUPRAMs enviarem, talvez consigam esta mudança. À respeito a capacidade de mudança de classe três para cinco é que em sua opinião, qualquer empreendedor, tem direito de ampliar seu negócio e graças à Deus, este resolveu fazer de forma legal. Quantos estão fazendo de forma ilegal, tem que se preocupar com os que estão fazendo de forma clandestina e não com os que estão vindo aqui, colocando o processo na mesa, para poder ser discutido. O processo foi colocado em votação. Aprovado por unanimidade. A condicionante da lei do SNUC foi colocada em votação. Aprovada pela maioria com votos contrários dos conselheiros Thiago (FIEMG), Marco Túlio (FAEMG), Simone (ABES). **Item 6 - Processos Administrativos para exame de Licença Prévia concomitante com Licença de Instalação:** 6.1 Vale Fertilizantes S.A - Fabricação de ácido fosfórico associado à produção de adubos fertilizantes (Ácido Fosfórico Desfluorizado) e fabricação de ácido fosfórico associado à produção de adubos fertilizantes (Ácido Fosfórico Dessulfatado) – Uberaba/MG – PA/Nº 00042/1978/030/2011– Classe 4 - Apresentação: Supram TMAP. O processo foi colocado em votação. Aprovado por unanimidade. 6.2 Petra Energia S.A - Locação e perfuração de poços exploratórios de gás natural ou de petróleo inclusive em área cárstica – Presidente Olegário/MG – PA/Nº14619/2011/001/2011- Classe 3 - Apresentação: Supram TMAP. Destaque: SUPRAM. Franklin (SUPRAM) fez uma correção no anexo um, condicionante cinco. No prazo da condicionante “comprovar a destinação socioeconômica do material lenhoso, nos termos do art. 43 da lei Estadual 14.309/2002, substituir, na formalização da LO por nove meses. Na condicionante número seis, alterar o prazo para durante a vigência da licença Prévia e de Instalação. O processo foi colocado em votação. Aprovado por unanimidade. 6.3 Petra Energia S.A - Locação e perfuração de poços exploratórios de gás natural ou de petróleo inclusive em área cárstica – Carmo do Paranaíba/MG – PA/Nº17799/2011/001/2011- Classe 3 - Apresentação: Supram TMAP. Destaque: SUPRAM. Franklin (SUPRAM) alterou no anexo um, na condicionante número cinco, o prazo para durante a vigência da Licença Prévia mais Licença de Instalação. O processo foi colocado em votação. Aprovado por unanimidade. **Item 7 - Processo Administrativo para exame de Licença de Instalação Corretiva:** 7.1 Fer Alvarez - Produtos Siderúrgicos Indústria e Comércio – Depósito de sucata metálica, papel, papelão, plásticos ou vidro para reciclagem, contaminados com óleos, graxas ou produtos químicos, exceto embalagens de agrotóxicos - Uberlândia/MG – PA/Nº 05039/2011/001/2011 - Classe 3 - Apresentação: Supram TMAP. O processo foi colocado em votação. Aprovado por unanimidade. **Item 8 - Processos Administrativos para exame de Licença de Operação:** 8.1 Triunfo Iesa Infra-Estrutura S.A – Fabricação de peças, ornatos e estruturas de cimento ou de gesso – Iturama/MG - PA/Nº 01027/2011/003/2011- Classe 4 - Apresentação: Supram TMAP. Destaque: SUPRAM. Camila (SUPRAM) incluiu uma condicionante, no anexo um, com o seguinte texto: “Apresentar projeto que justifique a não cobertura da pista de abastecimento, quanto ao índice pluviométrico. Prazo: 90 dias”. Camila (SUPRAM) também fez uma correção, no anexo dois, no item um, efluentes atmosféricos. Onde se lê: Frequência semestralmente, leia-se frequência anualmente. Assim como os relatórios devem ser apresentados anualmente, e não mensalmente como apresentado abaixo. O conselheiro Sylvio (UFU) disse que esta é uma unidade temporária de produção, vai funcionar enquanto funcionar o processo de construção da ferrovia. O conselheiro perguntou se existe algum procedimento de desativação da unidade. Alexandre (representante do empreendimento)



esclareceu que foi apresentado no PCA e na hora que a obra estiver no final, será feito um plano de desativação com recuperação da área e assim por diante. Sylvio (UFU) solicitou que fosse incluso, nos anexos de condicionantes, a apresentação e o acompanhamento do procedimento de desativação da unidade, como inclusão de condicionante. O presidente Rogério Noce explicou que isto já consta em função do PCA que já foi anexado ao processo. O que está sendo votado é o processo de licença de Operação. O processo de PCA foi colocado na LI, então já foi votado anteriormente. Agora é só questão de esclarecimento, uma vez que, o plano de mobilização interessa o fechamento disto. Marco Túlio (FAEMG) disse que segundo consta, o PCA já foi apresentado na LI. Não está aqui neste processo. Sugeriu que juntasse uma cópia do PCA no processo. Dr. Rogério Noce disse que existe um aspecto de conjuntura geral, que é o problema do fechamento de desmobilização de todo o dia de empreendimento. É uma questão que está em foco de um processo, que envolve até o Banco Mundial. O Banco está exigindo do país. É uma forma de tornar reconhecido este processo. Hoje, no Estado de Minas Gerais, só existem os aspectos de plano de fechamento de minas. O único aspecto disciplinar existente, só atua na área de mineração. O Banco Mundial está procurando fomentar isto no sistema de informação. O que o conselheiro colocou dentro do aspecto de mobilização é em função de um fato, aspecto da transitoriedade do empreendimento. É lógico que existe por parte da LI a situação do PCA da declaração. Como estão tratando de um assunto da LO, então a situação fica colocada na condicionante, a validade é esta, de uma condicionante para ser observada, para que, se houver qualquer coisa, o conselho ficará sabendo e será avisado a respeito. É uma espécie de aspecto transitório. Tem que se refletir, pois haverá situações específicas que abrangerão uma série de empreendimentos, em várias tipologias. É um aspecto de momento. Porém há uma exigência mundial para fazer isto, pois é decorrente disto, que tem toda uma situação, não somente do aspecto de impacto ambiental. Tem muita situação que o problema do fechamento, principalmente nos problemas de impactos sinérgicos, como pessoal, de receita, de renda e que é muito problemático em determinado local, que é crucial. Não é só na mineração para efeito de fechamento, da qual é colocado. Marco Túlio (FAEMG) disse que se o empreendedor acha que isto não será feito com grande quantidade de gastos desnecessários, tudo bem. O presidente esclareceu que é só uma ratificação de uma situação que estava no PCA. É só uma declaração específica da condicionante que ficará assim: “quando desmobilizar avisa.” Isto está sendo feito, inclusive, por parte da SUPRAM ou do sistema ambiental, em uma análise enorme, que está sendo feita, não somente por este aspecto específico, mas chamada usina de asfalto, nas obras do PAC. Asfalto tem problema de poluição aérea e contaminação de solo violenta. Ailson (DNPM) observou que já foram fornecidos os nomes dos fornecedores de areia e brita e que todos estão licenciados. Porém gostaria de colocar como recomendação que adquirisse areia e brita de áreas legalmente autorizadas. O presidente explicou que há um parecer específico feito pela AGE em específico, quando foi manifestado pelo Ministério Público, há seis anos, em que a própria Advocacia Geral disse que não há necessidade, pois a obrigação é inerente. Tem que ter o aspecto da cadeia, por motivos óbvios. Camila (SUPRAM) esclareceu que na LOC foi condicionado, conforme condicionante número quatro, apresentar listagem dos fornecedores de brita e areia, usados nos processos administrativos, contendo o nome completo, endereço e número de inscrição de CNPJ. Esta listagem foi apresentada e foram conferidos todos os fornecedores. A pedido do conselheiro Sylvio (UFU), a SUPRAM irá acrescentar, no anexo um, a condicionante número quatro, com o seguinte texto: “apresentar, através de relatório



técnico fotográfico, todas as medidas de desativação imóvel, empreendimento, propostas no PCA. Prazo: 180 dias após o encerramento das atividades”. O processo foi colocado em votação. Aprovado por unanimidade. 8.2 Central Energética Açúcar e Álcool Ltda. - Destilação de álcool e produção de energia termoeletrica – Limeira do Oeste/MG – PA/Nº 10314/2006/005/2009 – Classe 6 - Apresentação: Supram TMAP. Destaques: Alam (PGJ) e SUPRAM. Kamila (SUPRAM) fez uma correção no texto do Parecer, onde fala da questão das condicionantes que foram atendidas fora do prazo e a questão do AVCB que não foi entregue, é que o código do decreto Estadual não é o cento e quatorze, é o cento e três. No que se refere à medida compensatória, a área estabelecida para a medida compensatória não é 0,02, é sim 0,2hectares. Evandro (SUPRAM) explicou que irão incluir duas condicionantes, no anexo um do Parecer. “Apresentar atestado de vistoria do corpo de bombeiros. Prazo: noventa dias”, e a outra condicionante seria: “Apresentar relatório contemplando as ações relativas à execução do Plano de Gerenciamento de Riscos. Prazo: Apresentação anual”. O conselheiro Alam (PGJ) fez duas considerações. A primeira em relação a informação que há fornecedores não regularizados do empreendimento. Já teve a informação da SUPRAM que esta relação será encaminhada ao núcleo de fiscalização. Além disto, solicitou à SUPRAM que fosse feita a remessa desta relação ao Ministério Público da Comarca correspondente, para que pudesse tomar as providências cabíveis e convocar os fornecedores para o licenciamento de regularização ambiental. A segunda consideração é para deixar formalizado, se houve autuação do empreendedor, também pelo descumprimento das demais condicionantes, além da não apresentação do AVCB. Kamila (SUPRAM) esclareceu que foram feitas todas as autuações pelo descumprimento das condicionantes fora do prazo. Thaianne (OPA) perguntou porque não foi pedido EIA/RIMA do empreendimento se é considerado classe seis, deste o início. Evandro (SUPRAM) disse que foi feito RCA e PCA na fase inicial e agora na LO relatório de cumprimento das condicionantes. Na época este procedimento era um procedimento da secretaria. O processo foi colocado em votação. Aprovado por unanimidade. **Item 9 - Processos Administrativos para exame de Licença de Operação Corretiva:** 9.1 Elma Lúcia Branquinho - ME – Fabricação de calçados em geral – Uberaba/MG – PA/Nº 06019/2006/001/2011 – Classe 3 – Apresentação: Supram TMAP. Destaque: SUPRAM. Camila (SUPRAM) fez uma correção na página dois do Parecer, último parágrafo. Onde se lê: “Segundo informado o empreendimento está em operação desde 27 de Julho de 2011”, leia –se “Segundo informado o empreendimento está em operação desde 23 de Julho de 2001, conforme FCE apresentado”. Sylvio (UFU) disse que nas medidas mitigadoras, no item cinco, comprovar a execução de medida compensatória, escrita no item cinco, como medida compensatória, intervenção antrópica consolidada em APP, sem alternativa técnica locacional. A medida compensatória escrita é a recomposição de vegetação. Sylvio (UFU) corrigiu dizendo que este destaque é de outro processo. O processo foi colocado em votação. Aprovado por unanimidade. 9.2 *Empreendimentos Agropecuários Ltda. / Fazenda Vitória – Suinocultura ciclo completo, cafeicultura, culturas anuais, Beneficiamento primário de produtos agrícolas, limpeza, lavagem, secagem, descascamento ou classificação e Formulação de rações balanceadas e de alimentos preparados para animais* – Serra do Salitre/MG – PA/Nº 08572/2009/001/2010 – Classe 5 - Apresentação: Supram TMAP. Destaques: Alam (PGJ) e Sylvio (UFU). O conselheiro Alam (PGJ) pediu a inclusão da condicionante da lei do SNUC, uma vez que se trata de um empreendimento classe cinco. Sylvio (UFU) disse que nas medidas mitigadoras, no item cinco, comprovar a execução de medida compensatória, escrita no item cinco, como medida compensatória elas



intervenção antrópica consolidada em APP, sem alternativa técnica locacional. Perguntou se trata da medida compensatória escrita é a recomposição de vegetação. Disse que tem se adotado o texto que fala do acompanhamento desta recomposição, que sempre aparece no anexo dois e desta vez não apareceu. O acompanhamento, durante quatro anos para apresentação de relatórios anuais, durante a vigência da licença. Sylvio (UFU) disse que tem uma dúvida no item sete. No item sete, existe uma seqüência de itens. E tem um item que fala sobre animais mortos durante o processo de suinocultura – são encaminhados para a composteira e passam pelo processo de compostagem, após este processo, é usado para adubação da cultura de café. Sylvio (UFU) perguntou se este processo é normal e quais animais mortos são estes. Camila (SUPRAM) respondeu que os animais mortos são suínos que morrem normalmente durante o processo. Eles são encaminhados para a composteira, passam pelo processo e depois tem uma carga orgânica que servem como adubo orgânico. Por isso que estão dispostos em área de cultura de café e ou pastagem em alguns casos. Paulo Furtado (representante do empreendedor) disse que o sistema de compostagem desenvolvido pela EMBRAPA é composto por compartimentos de alvenaria, com cobertura por causa da água pluvial e ele é fracionado de tal forma que cada compartimento vai ter uma duração de cento e vinte dias para decompôr os cadáveres junto com serragem. Quando se inicia o processo, é colocado no compartimento, uma camada de serragem de vinte centímetros, cadáver, placenta, o resto natural da suinocultura. Cobre com serragem e vai fazendo camadas. Ao final, aguarda cento e vinte dias e aí tem um adubo orgânico e não vai comprometer o lençol freático. Pois antigamente se usava uma fossa séptica, que era escavada no solo. Então, a EMBRAPA desenvolveu o sistema e ele é usado também na avicultura, só que a decomposição do cadáver ocorre em sessenta dias, então tem-se um adubo orgânico que será implantado no cultivo. Sylvio (UFU) disse que está esclarecido, mas vai procurar mais informações sobre isto. Ignácio (SUPRAM) leu a condicionante: “Comprovar, através de relatório técnico fotográfico, com coordenadas geográficas e ART do responsável, a evolução da área de medida compensatória da intervenção em APP. Prazo: anualmente, durante a vigência da licença”. O processo foi colocado em votação. Aprovado por unanimidade. A inclusão da condicionante da lei do SNUC foi colocada em votação. Aprovada pela maioria, com votos contrários dos conselheiros Marco Túlio (FAEMG), Rui Ramos (FIEMG) e Simone (ABES). 9.3 Roberto Queiroz do Nascimento / Fazenda São Bernardo – Suinocultura (crescimento e terminação), cafeicultura e beneficiamento primário de produtos agrícolas – Patrocínio/MG – PA/Nº 04357/2005/001/2005 – Classe 3 – Apresentação: Supram TMAP. Destaques: SUPRAM e Alam (PGJ). Ignácio (SUPRAM) fez uma correção no Parecer. Item 2.2, na utilização dos recursos hídricos, no quadro abaixo, está falando do processo número 68/2011, onde está escrito captação em barramento, leia-se barramento sem captação. Onde está escrito na situação indeferida, leia-se deferida, porém sem captação. Alam (PGJ) disse que com relação ao plantio de café em área de Preservação Permanente, informado pela SUPRAM de que não teria havido autuação, em virtude de se tratar de intervenção já consolidada. O conselheiro requereu a remessa de cópia do Parecer para a promotoria de Patrocínio e, além disso, fosse providenciado um laudo com a estimativa do lucro auferido pelo empreendedor com a exploração da APP, a fim de que possa possibilitar não somente a dosagem da medida compensatória em eventual Termo de Ajustamento de Conduta, mas se for o caso de propor uma ação judicial, o pedido de restituição do lucro ilícito auferido, com acréscimo de juros e correção monetária. Este é o procedimento que a promotoria tem tomado já em pré parceria com o IEF, em relação a alguns outros empreendimentos, em especial a



369 Cutrale, tanto em Comendador Gomes quanto em Prata, que foi feita um estimativa do lucro
 370 auferido pela empresa com a exploração ilícita da área de Preservação Permanente. Para
 371 acelerar o procedimento em Patrocínio, gostaria que além da remessa da cópia do Parecer,
 372 fosse enviado um laudo com a estimativa de lucro. Sylvio (UFU) perguntou sobre a Reserva
 373 Legal. A situação da Reserva Legal mencionada, são duas reservas, fora da área, mas dentro
 374 dos trâmites legais. A situação da área de 11,67 hectares é que foi mencionada e não tem
 375 nenhuma menção da área maior. Não há informação de que situação ecológica a área se
 376 encontra. O conselheiro perguntou se esta informação existe, pois é necessária para exigir as
 377 medidas mitigadoras, caso caiba ao caso. Ignácio (SUPRAM) explicou que esta área dentro
 378 da microbacia, mas não foi vistoriada, pois é em Serra do Salitre. Foi vistoriada pelo IEF de
 379 Patrocínio e tem um Termo de Compromisso para a regularização. Dentro do Termo de
 380 compromisso está escrito que se trata de campo/cerrado. Sylvio (UFU) solicitou à mesa a
 381 informação do estado de conservação das Reservas Legais tem sido indicadores, inclusive,
 382 das solicitações de medidas mitigadoras, como replantio, repovoamento. Então, seria
 383 interessante que isto constasse no processo, para que pudessem ter certeza do que está
 384 acontecendo. Se a Reserva está em um bom estado de conservação, não há necessidade de se
 385 pedir nenhuma medida mitigadora, mas se a área da Reserva Legal não estiver em um bom
 386 estado de conservação, tem sido praxe solicitar o enriquecimento, a conservação de algum
 387 processo geralmente através de um PTRF. Perguntou se poderia colocar uma condicionante
 388 para que caso a área apresentada como uma Reserva Legal não esteja em um estado ideal de
 389 conservação, que seja apresentado um PTRF para esta área. Ignácio (SUPRAM) disse que
 390 poderia pedir um laudo do IEF de Patrocínio, pois foi ele que vistoriou a área. E ele está
 391 sendo responsável pela averbação. Rodrigo (SUPRAM) esclareceu que foi o Núcleo de
 392 Patrocínio que fez a vistoria. Se a reserva foi averbada com o intuito de regeneração ou de
 393 plantio, foi assinado o Termo de Compromisso para cumprimento do PTRF. Esta é uma
 394 política adotada pelos Núcleos. Como agora os Núcleos fazem parte da SUPRAM, o
 395 superintendente Rodrigo pode afirmar isto, que se a reserva não tem condição ideal, isto já foi
 396 visto e solicitado pelo técnico, para fazer a aprovação desta área como reserva. Sylvio (UFU)
 397 solicitou que este procedimento fosse colocado dentro do processo, não apenas deste, mas dos
 398 futuros também, para que esta dúvida não ficasse. Sylvio (UFU) perguntou se é possível a
 399 inclusão de uma condicionante somente para esclarecer esta informação, para que fique
 400 registrado. Rodrigo (SUPRAM) pediu que solicitasse um relatório para verificação da
 401 situação ambiental da área de reserva para fazer este cumprimento. É uma condicionante para
 402 apresentar um relatório. Sylvio (UFU) sugeriu então a condicionante. Rodrigo (SUPRAM)
 403 esclareceu que embora a SUPRAM assumiu os núcleos, ela está estreitando o relacionamento
 404 com os núcleos, entre os técnicos para ter as informações mais rápidas e mais certo para a
 405 disponibilização. Sylvio (UFU) perguntou a respeito da área de Preservação Permanente.
 406 Perguntou se o entorno do reservatório, que se constitui agora em APP, se está em condição
 407 de preservação. Ignácio (SUPRAM) disse que os barramentos estão sendo regularizados e terá
 408 a medida compensatória. Foi apresentado um PTRF para recomposição de todas as áreas de
 409 APP, inclusive a das medidas compensatórias. Ignácio leu a condicionante: “Apresentar um
 410 relatório técnico fotográfico da área de Reserva Legal, com a ART do responsável. Prazo:
 411 Anualmente, durante a vigência da licença”. Alam (PGJ) disse que a sua solicitação é para
 412 que a SUPRAM encaminhe um laudo junto ao Parecer para a promotoria. Dr. Rogério Noce
 413 disse que isto não será incluído como condicionante, mas é uma recomendação específica na
 414 sugestão de enviar para efeito das promotorias tomar conhecimento de apuração desta



415 intervenção em APP, com relação ao lucro. Alam (PGJ) disse à equipe que sempre que se
 416 deparar com uma intervenção em APP com exploração econômica, que seja procedimento
 417 padrão, fazer esta recomendação. O processo foi colocado em votação. Aprovado por
 418 unanimidade. **Item 10 - Processos Administrativos para exame de Revalidação de Licença**
 419 **de Operação:** 10.1 *Sadia S.A / Granja B – Avicultura de postura, suinocultura (UPL) e*
 420 *silvicultura – Uberlândia/MG - PA/Nº 03555/2009/001/2009 – Classe 5 – Apresentação:*
 421 *Supram TMAP.* Destaques: SUPRAM e Alam (PGJ). Allan (PGJ) solicitou a inclusão da
 422 condicionante de compensação da Lei do SNUC e sugeriu a inclusão de uma condicionante
 423 para desativação, uma vez que foi constatada a existência de fossas negras no
 424 empreendimento apresentando a condicionante com a seguinte redação: “Comprovar
 425 mediante relatório técnico fotográfico subscrito por profissional habilitado com ART a
 426 desativação de todas as fossas negras existentes no imóvel ativas ou não. O prazo poderia ser
 427 de 90 (noventa) dias. Anderson (SUPRAM) afirmou concordar com a condicionante e o prazo
 428 poderia ser de 120 (cento e vinte) dias. Allan (PGJ) afirmou que não haveria problemas
 429 quanto ao prazo. Sylvio (UFU) considerou que na página quatro do processo teria um
 430 parágrafo que diz que os animais mortos durante o processo são encaminhados a composteiras
 431 que necessitam de adequações quanto à retenção e disseminação do xorrume produzido e
 432 quanto ao seu manejo, porém o conselheiro afirmou não ter visto nas condicionantes nada que
 433 induza a isso, e caso houvesse essa condicionante gostaria de esclarecimentos. Anderson
 434 (SUPRAM) informou que a condicionante estaria na página 13 (treze), anexo número 1 (um),
 435 condicionante número 1 (um). Sylvio (UFU) questionou que na página 6 (seis), intervenção
 436 de baixo impacto, no item 2.1.2, todas as intervenções estariam sendo caracterizadas como
 437 ocupações antrópicas consolidadas e de baixo impacto assim teriam sido sugeridas a
 438 permanência em APP e que não fosse apresentada alternativa técnica locacional, porém
 439 poderiam ocorrer intervenções de baixo impacto que apresentem alternativas técnica
 440 locais. Sendo assim o conselheiro questionou quando seriam apresentadas essas
 441 alternativas técnicas locais. Anderson (SUPRAM) esclareceu ao conselheiro que esse
 442 item ressaltado fala sobre as intervenções que não apresentam alternativas técnica locacional.
 443 Sylvio (UFU) questionou ao conselheiro Allan (PGJ) se não caberia a questão dos lucros.
 444 Allan (PGJ) afirmou que já teria sido alertado pois haveria uma exploração de APP e solicitou
 445 que a equipe da Supram encaminhasse além do parecer um laudo com estimativa do lucro
 446 auferido para medidas compensatórias. O presidente colocou em votação o processo.
 447 Aprovado por unanimidade. Foi colocada em destaque a inclusão da condicionante da lei do
 448 SNUC. Thiago (FIEMG), Marco Túlio (FAEMG) e Simone (ABES) votaram contra.
 449 Aprovado pela maioria. 10.2 *Cristiano Franco Mendonça – Suinocultura (unidade de*
 450 *produção de leitões), culturas anuais e criação de bovinos de corte (extensivo) –*
 451 *Ituiutaba/MG – PA/Nº 08697/2004/004/2011 – Classe 5 - Apresentação: Supram TMAP.*
 452 Destaque: Alam (PGJ). Allan (PGJ) solicitou a inclusão da condicionante da compensação da
 453 Lei do SNUC. Camila (SUPRAM) afirmou que seria feita uma correção para atender ao
 454 pedido do conselheiro. No anexo 2 (dois), automonitoramento, acrescentaria uma
 455 condicionante de número 7 (sete) com seguinte texto “ Apresentar relatório técnico
 456 fotográfico de acompanhamento do processo de regeneração da reserva legal, área de
 457 preservação permanente e da medida compensatória. Prazo anual. Ailson (DNPM) questionou
 458 se o prazo para apresentar um plano para impermeabilização da lagoa não seria muito extenso.
 459 Thiago (FIEMG) esclareceu que esse seria o prazo que a equipe da Supram acharia
 460 necessário, sendo o prazo de 120 (cento e vinte) dias adequado. Camila (SUPRAM) informou



que como seria somente para apresentar poderia diminuir o prazo para 90 (noventa) dias para apresentação do plano. O processo foi colocado em votação. Aprovado por unanimidade. A inclusão da condicionante da lei do SNUC foi colocada em votação. Thiago (FIEMG), Marco Túlio (FAEMG) e Simone (ABES) votaram contra. Aprovado pela maioria. **10.3 CEMIL - Cooperativa Central Mineira Laticínios Ltda. - Preparação de leite e fabricação de produtos de laticínios – Patos de Minas/MG – PA/Nº 00392/1996/007/2009 – Classe 5 – Apresentação: Supram TMAP.** Destaque: Alam (PGJ). Sylvio (UFU) esclareceu que no item sobre os dados da qualidade dos efluentes esses dados são de 2008/2009, sendo assim o conselheiro questionou se em 2010 não houve monitoramento ou os dados não estariam disponíveis. Luciene (SUPRAM) informou que o termo de revalidação desse processo teria acontecido em 2009 e de acordo com o termo de referência, os dois últimos anos que são apresentados na revalidação, porém ele continua monitorando. Honório Botelho (Consultor da Cemil) esclareceu que os relatórios de monitoramento continuam sendo emitidos e as vezes são protocolados em Belo Horizonte. O processo foi colocado em votação. Aprovado por unanimidade. A condicionante da lei do SNUC foi colocada em votação. Thiago (FIEMG), Marco Túlio (FAEMG) e Simone (ABES) votaram contra. Aprovado pela maioria. **Item 11 - Processo Administrativo para exame de Prorrogação de Prazo de Validade da Licença Prévia: 11.1 Instituto Nacional de Colonização de Reforma Agrária - INCRA / Fazenda Santa Mônica Douradinho / Dom José Mauro – Projeto de Assentamento para fins de reforma agrária – Uberlândia/MG – PA/Nº 90003/2009/001/2009 – Classe 5 - Apresentação: Supram TMAP.** Destaque: Moisés (FETAEMG). José (AMEDI) propôs para o conselho e para Supram abrirem uma discussão pois a DN 88 (oitenta e oito) colocaria em questão os assentamentos quando diz que a renovação da LP e dois anos e não teria revalidação. Embora a DN 74 (setenta e quatro) permitisse a renovação por igual período e a resolução do Conama também permitisse que fosse de cinco anos a licença a DN do Copam fala que seria somente dois anos, não tendo como mudar essa situação. Assim o conselheiro propôs o indeferimento e que fosse dado um prazo de 90 dias para que o empreendedor protocolasse um novo pedido de LP. Essa questão estaria sendo colocada porque hoje o assentamento possui 200 (duzentas) famílias morando e para não gerar um prejuízo maior, seria prudente o conselho dar esse prazo para o empreendedor propor uma nova formalização do processo de L.P. Moises (FETAEMG) informou que isso já teria sido feito uma vez que foi deferida a prorrogação e concedeu o prazo de 90 (noventa dias) não sendo uma situação nova. Como foi colocado pelo conselheiro José, não tem como fechar o assentamento assim para evitar um mal maior não teria outra solução se não a concessão dos 90 dias. Marco Túlio (FAEMG) esclareceu que se fosse uma empresa daria para fechar, porém deveria levar em consideração que tem empresas que possuem 200 famílias que dependem dela e quando fechada essas famílias também são deslocadas. O conselheiro afirmou não existir problema em prorrogar por mais 90 dias, porém não acredita que isso vai ser regularizado pelo INCRA, porém não se pode dar um tratamento diferenciado de deixar uma empresa fechar e afirmar que ela não poderia fechar, não podendo ser feita essa consideração. O presidente informou que tem que ter todo um procedimento para desligar processos e nesse caso deveria tipificar a situação e estabelecer regras, porém esse seria um processo que deveria ser feito. Moises (FETAEMG) informou que no mês passado a FETAEMG manteve uma conversa com secretário com intuito de alinhar alguma coisa facilitando seu tratamento de uma maneira socialmente. Allan (PGJ) esclareceu que diante da ausência de um ato normativo que possibilite essa prorrogação, o procedimento do conselho de conceder uma autorização informal para que o empreendimento continue



funcionando por mais 90 dias seria questionado, não havendo necessidade por parte do conselheiro de votação, mas sim de fiscalização por parte dos órgãos ambientais a princípio essa votação concedendo o prazo, não influiria em nada quanto a autuação uma vez que não se sabe se o prazo poderia ser concedido por um órgão administrativo. O conselheiro esclareceu que sem ato normativo prevendo essa possibilidade e uma revisão da ADN de como seria feito a desativação de procedimentos que estão em funcionamento e operação e não foi licenciado esse procedimento administrativo não seria realmente o correto por parte do conselho. O presidente afirmou que essa situação seria a mesma que corrigir alguma coisa através dos termos de ajustamento de conduta. O presidente afirmou que o conselho deveria normatizar essa situação para que fossem amparados por meios legais, sendo um ato de proposta, pois no caso da reforma agrária causaria impacto nas pessoas. Kamila (SUPRAM) afirmou ser muito diferenciada a atividade de assentamento com outra atividade. Não se pode fazer essa comparação porque na L.P as famílias já estão dentro do imóvel, diferente de uma L.P de uma indústria que estaria em fase de projeto. Sendo assim, realmente existe uma diferença muito grande nas fases de licenciamento de um projeto de assentamento para outro. No que se refere a empreendimento com degradação ambiental o posicionamento seria de desativação. Da mesma forma que já teria ocorrido de conceder o prazo para o empreendedor, apesar de não existir uma legislação ou artigo específico que dessa essa licença provisória, a técnica não chamaria de licença provisória, isso quer dizer que as famílias permaneceriam no local enquanto o INCRA providencia o processo de licenciamento. Thiago (FIEMG) afirmou que deveria considerar que com o indeferimento o processo já estaria sendo passível de ser fiscalizado e autuado. Sylvio (UFU) ressaltou que a partir do momento que seria aprovado 90 (noventa) dias de prazo para que o empreendimento entrasse com pedido de licença previa, estaria sendo dado 2 (dois) anos mais noventa dias para que ele cumprisse essa licença. Kamila (SUPRAM) esclareceu que para esse processo específico que teria sido formalizado há dois anos, o prazo de validade para aquele procedimento administrativo seria de 2 (dois) anos sendo essa a validade, pois existe uma regra clara que diz que a LP para caso de assentamento teria o prazo de validade de 2 anos. Kamila esclareceu que empreendedor entrando com novo processo, outro processo administrativo caberia nessa situação mais 2 (dois) anos. A questão dos 90 (noventa) dias seria de que não existe nada legislação que diga que a URC não pode expedir uma recomendação desse jeito, ao contrario do prazo de validade da LP que seria 2 (dois) anos. O presidente afirmou que a situação seria abrir janelas legais que não estariam previstas na legislação e a partir do momento que um determinado tipo de empreendimento abre essa porta, estaria sendo aberto para outros empreendimentos ao menos que se tenha uma justificativa específica para cada caso e nesse caso não teria essa justificativa. Quando começa a abrir precedentes eles começam a virar regra deixando a preocupação de quando essas regras começam a vigorar mesmo sem ser lavradas o que estaria sendo feito no conselho, onde começou com uma regra de dobrar a área de APP que não estaria escrito em lugar nenhum porém havia virado regra. Assim esses 90 dias poderiam ser cobrados de qualquer empreendimento a partir daquele momento. A obrigação disso não seria dos assentados e sim do Instituto de Reforma Agrária, sendo ele que não estaria cumprindo com a obrigação que deveria cumprir. Moises (FETAEMG) esclareceu que o assentamento possui um viés diferenciado que qualquer outro empreendimento porque se inicia com a colocação das pessoas dentro, com a divisão dos lotes com processo de licenciamento posteriormente, diferente da forma que uma empresa se inicia. Em relação ao empreendedor, o INCRA é um órgão federal sendo um órgão sucateado, em Minas Gerais existem duas



553 pessoas responsáveis pela questão de licenciamento ambiental em torno de 400
 554 assentamentos. Sendo assim seria impossível acontecer alguma coisa diferente, porém deveria
 555 multar o INCRA e penalizar os assentados por essa inoperância de um órgão federal. Moises
 556 afirmou que teria uma justificativa específica para esse caso específico não generalizando
 557 uma situação, devendo a mesma ser tratada de forma diferente e ser concedido o prazo, pois
 558 isso teria sido concedido para uma empresa anteriormente, devendo analisar cada caso
 559 individualmente. Sylvio (UFU) colocou que em momento algum ele deixou de preocupar com
 560 os assentados, sendo que são vistas duas coisas diferentes tendo um momento que acompanhe
 561 a recomendação da Supram, devendo também ter a preocupação do que acontece com o
 562 INCRA e não com os assentados. Estaria sendo perdida uma oportunidade pedagógica que
 563 seria a obrigação que o órgão federal tem em cumprir com suas obrigações inclusive para dar
 564 tranquilidade aos assentados, sendo contrario e o raciocínio inverso. O conselheiro afirmou
 565 que indeferimento poderia não ter causas imediatas a vida dos assentados, porém cria um
 566 procedimento que vai obrigar o INCRA a no mínimo se manifestar. A LP para outro tipo de
 567 empreendimento se não for cumprida não causa dano ao meio ambiente porque o
 568 empreendimento não estaria sendo instalado e nesse caso o empreendimento já estaria
 569 instalado. Moises (FETAEMG) afirmou que por acionar o órgão federal ele vota pelo
 570 indeferimento considerando que os assentados não tenham prejuízos, ao contrario acelere o
 571 processo de regularização fundiária e de o término do processo do INCRA. O conselheiro
 572 solicitou esclarecimentos para escolher qual a melhor solução para o problema ambiental e
 573 para o problema social. Kamila (SUPRAM) sugeriu como alternativa manter o indeferimento,
 574 não tendo nenhuma prorrogação de prazo, e o INCRA será autuado por instalar sem licença e
 575 seria aplicado multas e em defesa ele faria o pedido do termo de ajustamento de conduta para
 576 que se consiga manter as famílias dentro do imóvel tendo um prazo para a formalização de
 577 Licença Prévia. José (AMEDI) esclareceu que não estariam sendo votado se iria ou não tirar
 578 as famílias, devendo ficar entendido que não seria o INCRA que estaria sendo punido sendo
 579 uma perda de tempo fazer processo de licenciamento em que o INCRA seria o licenciado.
 580 Não deveria discutir uma coisa irreal porque licencia-se o assentamento em todo estado e se
 581 um assentado precisar fazer qualquer coisa tem que pedir o licenciamento individual pois ele
 582 não está autorizado a fazer nada, ou seja qualquer ato que acontecer não é o INCRA o
 583 responsável, os punidos serão os assentados porque são eles que moram lá. O conselheiro
 584 ressaltou que deveria ser colocada qual seria a punição imediata com indeferimento sem o
 585 prazo de 90 (noventa) dias, porque nesse espaço com a licença previa teria a autorização para
 586 fazer o PDA (Plano de desenvolvimento do assentamento) que está sendo elaborado. Se a
 587 licença previa expirou tem que suspender a elaboração do PDA, assim se for votado e o prazo
 588 não for concedido tem que paralisar todo trabalho de planejamento que está sendo executado
 589 no assentamento para melhorar a vida das famílias. Allan (PGJ) ressaltou duas questões
 590 levantadas pelo conselheiro, sendo a primeira o licenciamento do empreendimento, pois o
 591 assentamento é uma atividade e por isso dever ter o licenciamento e dos empreendimentos
 592 que foram desenvolvidos por cada assentado devem ser licenciados a parte uma vez que não
 593 se sabe o que cada um iria desenvolver no seu imóvel, e a classificação de cada
 594 empreendimento pode variar. O conselheiro afirmou que a sugestão apresentada pela Kamila
 595 seria razoável e resolveria a questão sem incompatibilidade por parte do conselho. A questão
 596 tem que ser analisada da seguinte forma, indeferindo a licença com recomendação ou não o
 597 empreendimento não possui mais licença então se o PDA depender da licença ele não poderá
 598 ser mantido independente de prazo concedido pela SUPRAM. Uma sugestão seria de que o



599 empreendimento fosse indeferido na forma como estaria no parecer da Supram, e que o
 600 INCRA seja autuado e não os assentados, ou seja, multa e de um prazo para que eles entrem
 601 com a licença criando uma pressão no órgão federal. Ailson (DNPM) questionou que uma vez
 602 indeferido e autuado se eles poderiam entrar novamente com a licença prévia. O conselheiro
 603 informou que tem que cobrar do governo e uma vez que a licença for indeferida não se terá
 604 licença de qualquer forma tendo o INCRA que ser penalizado, assim tomando a atitude que
 605 tem que ser tomada e prevista em legislação dará mais resultado do que proteger o INCRA.
 606 Marco Túlio (FAEMG) informou que a respeito da legalidade ele estaria de acordo com Dr.
 607 Allan, pois o fato de não ter uma legislação para o conselho que estaria ali como ente público
 608 não poderiam fazer e como ente privado eles poderiam fazer tudo que não fosse proibido, e o
 609 fato de ter uma DN específica e a mesma não tratar já proíbe essa prorrogação. O conselheiro
 610 ressaltou que se hoje outra empresa pedisse essa prorrogação ele negaria devido a ilegalidade,
 611 pois um erro não justifica o outro. O conselheiro afirmou que o INCRA tem que fazer o
 612 licenciamento ambiental mesmo sabendo que haverá respingos nos assentados. Kamila
 613 (SUPRAM) informou que esse precedente teria ocorrido na reunião em Nova Ponte na
 614 empresa Frigorífico Real que foi indeferido por vários motivos. Nesse momento a URC
 615 concedeu o prazo de 90 (noventa) dias. O que se refere à questão da autuação o INCRA deve
 616 solicitar na defesa a assinatura do termo de ajustamento de conduta porque assim consegue
 617 estabelecer cronograma para que concilie o processo de licenciamento ambiental com as
 618 famílias que estão precariamente instaladas. Marco Túlio (FAEMG) informou que seria capaz
 619 de afirmar que eles solicitariam o termo de ajustamento de conduta, não iriam cumprir e iriam
 620 solicitar novamente um novo prazo. O presidente informou que a discussão teria sido muito
 621 proveitosa pois teria colocado em questão assuntos importantes para serem refletidos. Essa
 622 questão fugiria um pouco do conselho, pois seria uma sinalização com relação aos aspectos
 623 derivados, ou seja, ao respingo que existe em relação à política nacional de reforma agrária a
 624 própria situação efetiva dos tutelados dela que são os assentados e para reflexão maior, porém
 625 será instituído um instrumento legal e não um instrumento que será uma mera recomendação.
 626 O ponto que estaria sendo discutido e se o processo será indeferido ou autuado, as
 627 consequências deverão ser feitas em razão do que já teria sido falado. José (AMEDI) afirmou
 628 que estava entendendo que no caso do frigorífico ele não teria conseguido cumprir tudo aquilo
 629 teria que fechar naquele dia e o Copam autorizou ele continuar funcionando por 90 (noventa)
 630 dias. O conselheiro informou que esse seria o seu pedido naquele momento, pois se for para o
 631 assentamento não poder continuar funcionando, não teria sentido nenhum discutir tudo isso.
 632 Kamila (SUPRAM) esclareceu ao conselheiro que essa seria sua proposição, porém seria
 633 questionável a legalidade deste ato e em razão disso existiria essa outra proposta. José
 634 (AMEDI) afirmou que a proposta que teria sido feita por ela não dependeria do conselho. O
 635 presidente informou que o papel do conselho seria indeferir e em segundo lugar seria autuar e
 636 a partir daí o autuado teria que se manifestarem eventualmente quando se tem autuação volta
 637 para o conselho para ser autuado. O que teria sido colocado pelo conselheiro Sylvio seria uma
 638 verificação em relação à abertura, ou seja, se já ocorreu antes não se deve deixar que isso
 639 sirva como abertura para que outros casos aconteçam. Sylvio (UFU) informou ser uma
 640 situação complexa e a segurança das decisões viria das discussões e informações, e se
 641 licenciar um condomínio industrial, terá que licenciar todas as indústrias que se instalarem
 642 nesse condomínio, sendo a questão da similaridade entre a obrigação do INCRA que seria a
 643 regulamentação e a regularização das atividades de cada assentado. O conselheiro informou
 644 que estaria sendo transferida para os assentados uma obrigação que seria do INCRA. Essa



645 seria uma forma dos assentados pressionarem o INCRA, pois eles serão penalizados por uma
646 falta de ação do órgão federal, e a forma do conselho pressionar o órgão federal seria através
647 de mobilização dos assentados, multa sobre o órgão, pois se não for assim o INCRA não irá
648 fazer novamente tendo que julgar o prazo novamente caso não seja feito. O presidente
649 informou que esse teria sido um ponto polêmico e de reflexão e uma vez que teria chegado a
650 um consenso do que foi colocado. Estaria sendo discutido se o processo seria deferido ou
651 indeferido, porém estaria também sendo levado em consideração se o conselho daria um voto
652 de confiança, porém isso não caberia e para conforto dos conselheiros o processo será
653 indeferido e instaurado a autuação. Foi colocado em votação o indeferimento do processo.
654 Aprovado por unanimidade. Item 12 - Processo Administrativo para exame de Alteração e
655 Prorrogação de Prazo de Condicionantes da Revalidação de Licença de Operação: *12.1*
656 *SEARA Alimentos S/A (Ex - Dagranya Agroindustrial Ltda.) - Abate de animais de pequeno*
657 *porte – Veríssimo/MG – PA/Nº 01230/2002/002/2008 – Classe 5 - Apresentação: Supram*
658 *TMAP. O processo foi colocado em votação. Aprovado por unanimidade. Item 13 - Processo*
659 *Administrativo para exame de Recurso à URC - Autorização para Intervenção Ambiental:*
660 *13.1 Ivo Martins Alves / Fazenda Rio Bonito – Supressão da cobertura vegetal nativa com*
661 *destoca em área de 1,57 hectares - Tupaciguara/MG – PA/Nº 06050000965/10 –*
662 *Apresentação: Núcleo de Regularização Ambiental de Uberlândia e Supram TMAP. O*
663 *processo foi colocado em votação. Aprovado por unanimidade. Item 14 - Assuntos gerais.*
664 Allan (PGJ) aproveitou a oportunidade para informar que terá uma baixa na equipe da Supram
665 que será o Evandro. O conselheiro parabenizou o Evandro pela conquista e disse que ele
666 deixará a semente de um trabalho bem realizado podendo sair orgulhoso do trabalho que ele
667 deixou para eles. O conselheiro parabenizou toda Supram por contar com técnicos e
668 profissionais de alta capacitação. Allan desejou ao técnico Evandro, os mais sinceros votos de
669 prosperidade e felicidade na sua vida profissional. Thaianne (OPA) convidou a todos, pois no
670 dia 22 de novembro a OPA vai realizar seu ciclo de cursos e palestras que acontece desde
671 2005, estando no seu 22º ciclo, e a palestra será sobre o programa de conservação dos
672 mamíferos do cerrado. O evento ocorrerá no Center Convection as 19:30 horas, com o
673 palestrante Frederico Lemos e estariam todos convidados. Evandro (SUPRAM) agradeceu o
674 momento de convivência, pois faz 4 (quatro) anos que ele é analista da Supram que foi uma
675 escola importantíssima e contribuiu muito para seu aprendizado. O técnico afirmou que
676 deixará a Supram com muito pesar, porém iria seguir seu caminho profissional. Evandro
677 lembrou o nome de alguns colegas e agradeceu a todos e a todo Copam. O presidente
678 informou a todos que não se pode esquecer que no dia 31 de outubro a Supram comemorou
679 oito anos e durante todo esse tempo tem ocorrido uma evolução muito grande, tanto que hoje
680 a Supram é uma sigla que todos conhecem e referenciam. O presidente informou que a
681 Supram é uma escola que se faz pelas pessoas que ali estão estando diretamente ligada a ação
682 do conselho que é muito importante. O presidente afirmou que ali se trabalha com pessoas e o
683 Evandro confirma essa afirmação através de sua própria postura, pois tiveram vários
684 coordenadores, superintendentes, que hoje é o Rodrigo que foi formado ali desde a base pois
685 entrou como estagiário. Foi falado do compromisso imenso que se tem com acordo de
686 resultado e prazos e que todos estariam perseguindo isso no sentido de ter o mais rápido
687 possível e também estaria sendo perseguido no sentido de otimização. O presidente ressaltou
688 que tem que refletir que enquanto conselheiros ali, eles militam na área ambiental, trabalham
689 com órgãos correlatos sejam nesse conselho ou conselhos semelhantes do tipo comitê de
690 bacía, fóruns de pesquisa. Para que todos reflitam o presidente informou que o senado



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Conselho Estadual de Política Ambiental da URC – COPAM TRIÂNGULO
Secretaria Executiva do COPAM

aprovou o PLC com relação à regularização o artigo 23, estando faltando somente à assinatura da presidente. No momento que entrar em vigor terá uma área de transição que dependerá muito dos trabalhos e irá refletir nos conselhos estaduais como item reformulando a situação união, estados e municípios e esse reflexo teria uma demanda que exigirá todo tipo de trabalho para que não deixe dúvida sobre a quem compete tal situação, pois serão definidas novas regras. **Item 15 - Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, o presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a sessão e eu, Danielle Teixeira Pinto, lavrei a presente Ata que segue por ele assinada. Uberlândia, 16 de novembro de 2011.

ROGÉRIO NOCE ROCHA – (presidente suplente)